

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° , DE 2011
(Do Sr. HUGO MOTTA)

Inclui as despesas com combate ao uso de drogas, incluindo o tratamento de seus usuários, entre as protegidas dos contingenciamentos orçamentários na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar manda incluir as despesas ligadas ao combate ao uso de drogas, incluindo as relacionadas ao tratamento de seus usuários e dependentes, na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, entre as que não serão objeto da limitação de empenho a que se refere o art. 9º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º O § 2º do art. 9º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

.....
§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as despesas ligadas à repressão à produção e ao tráfico ilícito de drogas, bem como as despesas ligadas à prevenção do uso indevido de drogas, à atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

.....”

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei Complementar, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas em decreto da Presidência da República.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor no exercício subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Como sabemos, o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal introduziu nas três esferas políticas de governo o instituto do contingenciamento orçamentário, por meio da limitação de empenho e movimentação financeira, excetuando do mencionado contingenciamento (§ 2º do citado artigo da LRF) apenas as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais de cada entidade política, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

São também do conhecimento de todos nesta Casa os transtornos trazidos pelo excessivo apelo ao contingenciamento por parte do Poder Executivo, colocando em risco a continuidade de importantes ações contempladas no orçamento federal, muitas delas com inegável alcance social.

O fenômeno ocorre na mesma proporção nos Estados e nos Municípios, sem que se possa alterar a vontade soberana do Poder Executivo em tais situações, uma faculdade que lhe foi conferida pelos dispositivos assinalados da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por outro lado, elencar as despesas que possam ser imunes ao expediente do contingenciamento orçamentário na lei de diretrizes orçamentárias não é tarefa das mais fáceis, diante dos inúmeros pleitos neste sentido, além de que a tarefa tem que ser repetida a cada ano.

Diante disto, estamos propondo uma mudança em caráter permanente na Lei de Responsabilidade Fiscal, para ser observada também

nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, para que as despesas ligadas à repressão à produção e ao tráfico ilícito de drogas, bem como as despesas ligadas à prevenção do uso indevido de drogas, à atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas não sejam objeto de limitação de empenho ou de movimentação financeira.

As razões para este pleito são bastante óbvias, pois estamos falando de medidas de grande alcance social, devotadas a combater o crime organizado ligado ao tráfego de drogas, com ramificações em todo o País, que consideramos uma das maiores tragédias da sociedade moderna, com impactos nocivos nas famílias brasileiras, de baixa renda, de renda média e alta.

Mas não é só por este lado repressivo que estamos atacando os graves problemas trazidos pelo tráfego de drogas. Estamos também pleiteando proteção às despesas ligadas à reinserção social de usuários e dependentes de drogas conduzidas sob responsabilidade dos órgãos federais, estaduais e municipais e por organizações sem fins lucrativos dependentes de recursos públicos.

Em face do exposto, esperamos contar com apoio de nossos Pares à esta iniciativa legal, convictos ainda de que a matéria nela contida será convenientemente aperfeiçoada ao longo de sua tramitação nas Comissões e no Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 05 de julho de 2011.

HUGO MOTTA
DEPUTADO FEDERAL – PMDB/PB